

A HISTÓRIA ESTRUTURAL: trajetória, conceitos e aplicabilidade

JÚLIA SILVEIRA MATOS^{*}

RESUMO

Na França, o movimento posteriormente intitulado de *Annalistes* exerceu uma verdadeira hegemonia no processo de renovação dos métodos e problemáticas da História. Entretanto, suas reflexões permaneceram muito mais no campo da epistemologia do que propriamente da teoria histórica. Somente as gerações posteriores a Marc Bloch e Lucien Febvre, chamados os pais fundadores dos *Annales*, buscaram a sistematização de metodologias e esboços de uma possível teoria, inspirada por diversas ciências – lingüística, geografia, psicologia, antropologia, sociologia, entre outras. A partir dessa percepção, propomos no presente artigo, debruçados sobre o texto-manifesto de Fernando Braudel “História e Ciências Sociais”, a discussão do desenvolvimento das análises de cunho estrutural na história, não apenas enquanto teoria, mas principalmente enquanto método, de forma que possamos perceber as possibilidades de aplicação da abordagem estrutural na pesquisa histórica.

PALAVRAS-CHAVE: história estrutural; teoria; método.

Para mim, a história é a soma de todas as histórias possíveis: uma coleção de ofícios e de pontos de vista, de ontem, de hoje e de amanhã (BRAUDEL, 1990, p. 17).

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No século XX, os historiadores, diante de tantas transformações, vivenciadas entre duas grandes guerras, detiveram-se em reflexões profundas sobre a epistemologia do conhecimento histórico. Formularam, em grande parte influenciados por velhas concepções, novos métodos, ampliaram as possibilidades de pesquisa e instituíram as bases para novas teorias históricas.

Na França, o movimento posteriormente intitulado de *Annalistes* exerceu uma verdadeira hegemonia nesse processo de renovação dos

^{*} Professora do Instituto de Ciências Humanas e da Informação – ICHI-FURG; doutora em História (PUCRS). E-mail: jul_matos@hotmail.com

métodos e problemáticas da História. Entretanto, suas reflexões permaneceram muito mais no campo da epistemologia do que propriamente da teoria histórica. A História-problema, defendida por Lucien Febvre e Marc Bloch, muito mais pelo primeiro, foi produzida visando ao ofício do historiador. Suas obras seriam o modelo a ser seguido, por isso não se dedicaram à composição de nenhum tratado de teoria.

Somente as gerações posteriores a esses dois historiadores, chamados os pais fundadores dos *Annales*, buscaram a sistematização de metodologias e esboços de uma possível teoria, inspirada por diversas ciências – lingüística, geografia, psicologia, antropologia, sociologia, entre outras. A partir dessa percepção, propomos no presente artigo, debruçados sobre o texto manifesto de Fernando Braudel “História e Ciências Sociais”, a discussão do desenvolvimento das análises de cunho estrutural na história, não apenas enquanto teoria, mas principalmente enquanto método, de forma que possamos perceber as possibilidades de aplicação da abordagem estrutural na pesquisa histórica.

2 A HISTÓRIA E O ESTRUTURALISMO NA HISTÓRIA

Justamente por essa característica interdisciplinar, o movimento iniciado em meados dos anos de 1927, na Faculdade de Estrasburgo, fragmentou-se em diversos grupos concentrados em esclarecer a teoria do movimento, os quais conseguiram muito mais desenvolver conceitos históricos do que propriamente um conjunto teórico aplicável. Dessa forma, as gerações sucessoras de Lucien Febvre e Marc Bloch dividiram-se em grupos dirigidos por suas “tendências” teóricas.

O primeiro a se preocupar e dedicar a certa elaboração conceitual e teórica do movimento, chamado de *Annales* em decorrência da revista primeiramente intitulada *Annales d'histoire économique et sociale*, fundada por Febvre e Bloch em 1929, foi Fernand Braudel.

Bloch e Febvre como os idealizadores da revista *Annales*, não entendiam a prática da História fora do cotidiano e, segundo Glénisson, recomendavam aos historiadores que não se conformassem com os dogmas de uma **nova filosofia**, mas deveriam “assumir diante da história uma atitude nova, libertando-se do seco espírito de sistema que a teoria dos ‘positivistas’ decididamente dissimulava. Longe de encerrar-se em sua torre de marfim, o historiador deverá abrir-se ao mundo exterior, participar ativamente da vida de seu tempo”. Esse espírito de renovação, conforme afirmou Glénisson nessa citação, marcou essencialmente a primeira geração dos *Annales*, entre os anos de 1930 e 1945.

Após a morte de Marc Bloch, em 1944, em um campo de concentração nazista, e a desocupação alemã da França, Febvre, que mudara o nome da revista *Annales* para *Mélanges* durante a guerra, trocou o título da revista novamente em 1946 para *Les Annales. Economies, sociétés, civilisations*. Estava só na direção da *Les Annales* e, aliado a Fernand Braudel, de acordo com Guy Bourdê e Hervé Martin, mudou a orientação da revista de histórica econômica e social para história das mentalidades.

No entanto, precisamos perceber que, enquanto Bourdê e Martin afirmam que Febvre voltou-se para a história das mentalidades durante a segunda fase dos *Annales*, iniciada após a morte de Bloch, Ronaldo Vainfas afirmou que a segunda geração, também chamada “era Braudel”, foi justamente o momento em que “se viram eclipsadas, por assim dizer, as fortes preocupações que os primeiros *annalistes* sempre dedicaram às mentalidades na história” (VAINFAS, 1997, p. 133). Diante desse impasse, podemos considerar que em seu livro *O Mediterrâneo* Fernand Braudel apresentou um estudo sobre a economia e sociedade no mundo mediterrânico, ancorado nas relações do homem e seu meio, a partir de uma análise das diversas temporalidades. Entretanto, mesmo considerando a análise em longa duração, acabou por, de acordo com Vainfas, marginalizar as mentalidades. A partir dessa percepção, ao olharmos a obra braudeliiana poderíamos desconsiderar a afirmação anterior de Bourdê e Martin, no entanto foi justamente entre os anos de 1948 e 1956 que Lucien Febvre se dedicou ao estudo dos sentimentos de Honra e Pátria como motivadores das ações humanas.

Como vemos, assim como a primeira fase dos *Annales*, a segunda geração também não contou com uniformidade de pensamento. Enquanto Febvre abriu as análises das mentalidades que seriam amplamente estudadas pela terceira geração, Braudel introduziu o estruturalismo de Lévi-Strauss na teoria histórica dos *Annales*, “relacionando as tenazes prisões de longa duração que a geografia empunha universalmente ao homem com a noção de estrutura do antropólogo francês” (VAINFAS, 1997, p. 134). Enquanto Febvre ampliava sua investigação sobre a História das mentalidades coletivas, Braudel, conforme Vainfas, privilegiou dentro da revista os aspectos econômicos e demográficos. Foi a valorização do quantitativo em detrimento do qualitativo, que somente seria retomado na terceira geração.

Nessa segunda fase ou geração, ocorreu a institucionalização dos *Annales*, primeiro ainda sob a direção de Febvre com a fundação da VI Seção da Escola Prática de Altos Estudos¹, depois já com Braudel na

¹ Com recursos da Fundação Rockefeller, foi concebida como centro de pesquisas e,

liderança, a *Maison des Sciences de l'Homme*² e por fim, com *status* universitário, conforme já referido, com a fundação da Escola dos Altos Estudos em Ciências Sociais, a EASS.

Nesse momento, principalmente após a morte de Febvre, Braudel investiu nas análises estruturais da História. Sua proposta de análise da longa duração, ainda que não o distancie tanto de Febvre e Bloch, veiculava uma ampla e nova discussão, por isso, segundo Vainfas (1997), a sua era foi marcada pela produção “de grandes obras de história total”. Sua inovação foi a percepção de profundas e constantes conexões entre tempo e espaço, história e geografia.

A concepção de tempo foi desde o princípio a característica fundamental dos *annalistes*; em Febvre, não era concebido como o tempo da alma, da consciência, da reflexão profunda dos indivíduos, mas como disse Marcos Antônio Lopes (1998), o tempo inconsciente das coletividades, concepção que antecipou a posterior proposta braudeliana.

A marca de Braudel foi sua concepção de tempo estrutural. Segundo Krzysztof Pomian (1998), no decorrer da década de 50 irromperam os debates sobre essa nova corrente e seu papel. Em 1958, após a publicação da “Antropologia estrutural”, de Claude Lévi-Strauss, estudiosos começaram interrogar sobre o sentido e empregos do termo “estrutura” e principalmente sobre a validade da história, como ciência social. No capítulo “Antropologia estrutural”, o autor recusou à história seu direito de se autodefinir enquanto ciência social. A partir desse texto, estabelecia-se o debate. Em resposta, Fernand Braudel elaborou um manifesto, intitulado “História e ciências sociais. A longa duração”, no qual mostrou que a história se interessava fundamentalmente pela tarefa de individuar as estruturas. Dessa forma, no desenvolvimento de sua demonstração, também precisou o sentido que os historiadores davam à própria palavra estrutura:

Para nós, historiadores, uma estrutura é, indubitavelmente, um agrupamento, uma arquitetura; mais ainda, uma realidade que o tempo demora imenso a desgastar e a transportar. Certas estruturas são dotadas de uma vida tão longa que se convertem em elementos estáveis de uma infinidade de gerações: obstruem a história, entorpecem-na e, portanto, determinam o seu decorrer. Outras, pelo contrário, desintegram-se mais rapidamente. Mas todas elas constituem, ao mesmo tempo,

segundo José Carlos Reis (2000), sem *status* universitário.

² Com apoio da Fundação Ford, foi criada a *Maison* como importante centro de pesquisa e ensino de ciências sociais e ampliou seus corpos físicos, como prédios, laboratórios, bibliotecas, editoras e funcionários. A pequena revista tornou-se um centro de influência na área dos estudos em História e Ciências Sociais. Ver mais: REIS, José Carlos. A Escola dos Annales: a inovação em história. São Paulo. Paz e Terra, 2000. p. 102.

apoios e obstáculos, apresentam-se como limites (envolventes, no sentido matemático) dos quais o homem e as suas experiências não se podem emancipar. Pense-se na dificuldade em romper certos marcos geográficos, certas reações espirituais: também os enquadramentos mentais representam prisões de longa duração (BRAUDEL, 1990, p. 14).

Assim, conforme a citação, Braudel vinculou-se à proposta febvriana de estudo das mentalidades coletivas, pois se preocupava com o estudo das estruturas nas quais o homem está imerso. No entanto, muito de seu criticado possível distanciamento dos “pais fundadores” se deu por sua análise centrar-se numa história das populações e não dos indivíduos. Dosse acabou criticando-o por excessos de economicismos e por delegar poderes determinantes ao meio geográfico sobre a vida humana, chegou a afirmar que em sua obra o homem deixara de ser sujeito. Em relação a tal afirmação, discorreu José Carlos Reis (2000) que Braudel não retirou do homem sua condição de sujeito, “mas submete a sua ação às circunstâncias objetivas, estruturais, pelas quais ele está envolvido, e que ele pode alterar, mas à custa de um esforço penoso, e só obterá resultados a longo prazo” (REIS, 2000, p. 105). Como vemos, foi a recusa do evento e sua breve temporalidade, somadas à negação do evolucionismo progressista e linear da sociedade, que o levaram a discutir e a escrever sobre sua visão de tempo em três ritmos heterogêneos: “estrutural, conjuntural e acontecimental”.

A definição braudeliana de tempo e a institucionalização dos *Annales* foram grandes passos para a ampliação dos campos de pesquisa sob essa nova visão histórica. Mas, como desde sua fundação os *Annales* não pararam de transformar-se: 1929, com a criação da revista; 1933, transferência de Febvre para a Sorbonne; 1936, transferência de Bloch para a Sorbonne; a Segunda Guerra; 1947, nova e definitiva mudança de nome e princípio da institucionalização dos *Annales*. Em 1968, na direção da revista, Fernand Braudel cercou-se de um comitê formado pelos historiadores Jacques Le Goff, Emanuel Le Roy Ladurie, Marc Ferro e um secretariado, no qual se sucederam Robert Mandrou, André Burguière e Jacques Revel.

Dessa forma, foi durante a administração de Braudel que o movimento dos *Annales* alcançou maior amplitude e concretizou sua hegemonia. No entanto, não a partir da direção conceitual e teórica febvriana, de análise das relações indivíduo-coletividade, mas debruçados sobre as contribuições braudelianas do paradigma estruturalista. Segundo François Dosse,

O paradigma que dominou incontestemente nos anos de 1950-1975 foi o estruturalista. Caracterizava-se como paradigma crítico a partir de uma atrelagem constituída por uma disciplina-modelo – a lingüística –, duas disciplinas-rainhas – a sociologia e a etnologia – e duas doutrinas de referência – o marxismo e o psicanalismo. Essa configuração das ciências sociais tinha expressão filosófica nos pensamentos da desconfiança, nas estratégias de desvendamento, com a idéia de que a verdade científica é acessível, porém oculta, velada. O que caracterizava então esse paradigma era o desenvolvimento de um pensamento do descentramento. As ciências humanas mais celebradas durante esse período eram as que tinham maior capacidade de expropriar a presença, a atestação do sujeito, e, em primeiro lugar, tudo o que dissesse respeito a ação, ao ato de linguagem, que constituíam oportunidades de realizar operações significantes. Nesse contexto, o estruturalismo permitia conjugar os efeitos do objetivo teórico de destituição do sujeito e a ambição de compreensão objetivante, com ambições científicas (DOSSE, 2001, p. 41).

Conforme discorrido por Dosse, essa hegemonia do estrutural na segunda metade do século XX se deveu em grande parte ao seu paradigma crítico e principalmente à ambição científica e de compreensão objetivante. Assim, a história estrutural, proposta por Braudel, ao mesmo tempo que se distancia do estruturalismo de Claude Lévi-Strauss também o incorpora. Por isso, segundo José Carlos Reis, “o conceito de estrutura de um historiador não é uma forma abstrata, matemática, de relações que definem em funções” (2000, p. 104), antes, é a forma repetitiva da vida, suas permanências, nas quais ano após ano se dão as continuidades das mesmas maneiras da vida cotidiana, cultivo dos campos, família e casa e trabalho. Conforme afirmou Reis, “A estrutura do historiador é o caráter repetitivo das atividades dos indivíduos e grupos e que define os limites de atividade, do crescimento demográfico, da produção agrícola” (2000, p. 105). Ao contrário da tradição metódica francesa que buscava as rupturas, o diferente, a História estrutural se deteve nas permanências, em tudo que de múltiplas formas se relacionava com um longo processo social, que não mudava, ou seja, seu olhar se centrou no regular, ao invés da exceção, no cotidiano e não no extraordinário, e assim, saiu dos “dos fatos singulares para os de massa”. Ao contrário do que criticou Dosse, a grande diferença entre a História estrutural de Braudel e a renovação historiográfica febvriana é a descentralização desse sujeito, que, diferentemente da proposta febvriana, sofre muito mais a temporalidade “do que a produz” e assim, perdeu o controle sobre sua própria historicidade e não paira sobre o fato de o homem ter deixado de ser o

sujeito, pelo contrário, esse papel do homem continuou a lhe ser imputado.

Portanto, a partir das considerações blochianas e febvrianas que levavam em conta os fatores culturais e psicológicos, conscientes e inconscientes, Braudel radicalizou e tornou o homem um “elemento seriável” e não singular. Acabou por privilegiar muito mais a centralidade do papel das estruturas e das séries conjunturais em detrimento da livre atividade humana, mesmo, como já pontuado, sem retirar sua posição de sujeito histórico.

3 CONCEITOS

A grande questão da História estrutural braudeliana é que a ação do homem, estudado a partir dessa proposta, é submetida às circunstâncias objetivas, “estruturais, pelas quais ele está envolvido, e que ele pode alterar, mas à custa de um esforço penoso, e só obterá resultados a longo prazo” (REIS, 2000, p. 105). Dessa forma, como analisaremos a seguir, a História estrutural busca os fenômenos atrelados ao tempo, que se arrastam através das gerações e que entravam as mudanças históricas.

Para iniciarmos a conceituação, podemos perguntar: afinal, o que é História estrutural? Braudel formulou a resposta para tal questionamento em seu manifesto publicado em 1958, na revista *Les Annales, Economies, Sociétés, Civilizations*, na seção “Débats et Combats”, intitulado “La Longue Durée”, no qual enfatizou a importância de estudos dedicados à análise das permanências e das estruturas, dentro da percepção temporal da “longa duração”. Para ele, uma estrutura é um agrupamento, uma arquitetura, uma realidade que o tempo demora para gastar ou diluir e transportar.

Portanto, segundo Braudel, estruturas são conjunturas da vida separadas por sua temporalidade. Nessa mesma direção, Krzysztof Pomian (1998; 1990) afirmou que se fosse preciso determinar ao “estruturalismo” uma data de nascimento, seria sem dúvida o ano de 1916. Nesse ano os discípulos de Ferdinand de Saussure publicaram seu *Curso de lingüística geral* e, inspirados por essa obra, desenvolveram, ente as duas guerras, a atividade dos Círculos Lingüísticos de Praga e de Copenhague.

No entanto, os debates em volta dessa nova corrente teórica e do papel que pretendia exercer entre as Ciências Sociais só irromperam no fim da década de 1950, após a publicação da *Antropologia estrutural*, também de Lévi-Strauss (1958).

Os estudiosos começam a se interrogar sobre a significação e os empregos do termo “estrutura” nas Ciências Sociais, assim como, nas

Humanas, sobre as relações entre a abordagem estrutural e genética³ e também sobre a validade da história enquanto campo do conhecimento. No capítulo dedicado à análise da *Antropologia estrutural*, o autor retirou da história o direito de se autodefinir como uma Ciência Social.

Diante do impasse, Braudel, com o intuito de defender o espaço da História entre as ciências e ao mesmo tempo legitimar sua liderança entre elas, apresentou sua resposta, *História e ciências sociais: a longa duração*, publicado, como já citado, na revista *Les Annales* em 1958. Em seu texto afirmou que a história, “longe de encerrar-se no estudo dos acontecimentos, não apenas é capaz de individuar as estruturas, como deve se interessar em primeiro lugar por essa tarefa” (POMIAN, 1998, p. 97). O interesse da História pelo estudo das estruturas, como apontado por Pomian, marcou a renovação historiográfica francesa da segunda metade do século XX.

O embate travado por Braudel com a antropologia estrutural de Lévi-Strauss visava não apenas à legitimação da hegemonia da História, mas também à aproximação entre as ciências do homem. Afirmou em seu texto-manifesto que era urgente a aproximação entre as ciências, o que ele chamou de “reunião”, como forma de valorizar as jovens ciências que seriam capazes de contribuir em muito para a ampliação do conhecimento. Braudel nesse texto se referiu à crítica de Claude Lévi-Strauss à História e sua exclusão das Ciências Sociais. Ainda vemos sua crítica à antropologia como ciência jovem, que, apesar de suas promessas, “nem sempre” poderia cumpri-las. Isso, conforme afirmou no decorrer de seu texto, porque sem a História a antropologia não poderia dar conta do método estrutural, pois, para Braudel, as estruturas somente se explicam numa análise temporal de longa duração, a qual era campo por excelência da História. Para ele,

As restantes ciências sociais estão bastante mal informadas da crise que a nossa disciplina atravessou nos últimos vinte anos ou trinta anos e têm tendência para desconhecer, ao mesmo tempo que o trabalho dos historiadores, um aspecto da realidade social de que a história é, se não hábil vencedora, pelo menos bastante boa servidora: a duração social, esses tempos múltiplos e contraditórios da vida dos homens que são não só substância do passado, mas também a matéria da vida social actual. (...) Quer se trate do passado, quer se trate da actualidade, torna-se indispensável uma consciência nítida desta pluralidade do tempo social para uma metodologia comum das ciências do homem. (...) Talvez tenha chegado a nossa vez de ter algo a oferecer-lhes (BRAUDEL, 1990, p. 8-9).

³ Relacionada à lingüística, gênese da língua e seus métodos de interpretação.

O historiador atacou a antropologia estruturalista, conforme a citação, ao afirmar que as ciências sociais estavam desinformadas do papel da história para as análises estruturais. O conhecimento “nítido” da pluralidade do tempo social para elaboração de uma metodologia própria das ciências do homem, como afirmou, somente seria possível a partir do reconhecimento da História como principal campo de análise dessa dimensão. Dessa forma, podemos perceber a defesa de Braudel, do campo da História como Ciência Social e de sua hegemonia perante as demais, debate que se arrastou não apenas nos anos de 1950, mas ainda perdura nos dias de hoje. Como vimos, para Braudel, a História, como uma ciência mais antiga, tinha muito a ensinar às demais.

Dessa forma, segundo José Carlos Reis, a história se preocuparia com as estruturas e suas permanências num processo de longa duração, como já citado. Para ele, a estrutura sofre o “vento da história”, que são seus eventos, e é obrigada a se rearticular, a mudar lentamente. A estrutura é o “não há nada de novo”, que envolve o evento, a novidade; ela é uma articulação dos “elementos” já presentes nela (REIS, 2000, p. 104). A estrutura, como discorreu Reis, serviria como um tipo de plasma que envolveria os eventos em sua imediaticidade e em suas conjunturas, de forma que somente revelaria sua força, permanências e heranças a partir de suas inter-relações temporais. No entanto, essas inter-relações temporais apontadas como o plasma que envolveria os eventos precisam ser percebidas a partir da conceituação temporal proposta por Fernand Braudel, o que abordamos a seguir.

4 AS TEMPORALIDADES EM BRAUDEL

O tempo em Braudel, de acordo com Peter Burke, se define por sua preocupação em “situar indivíduos e eventos num contexto, em seu meio, mas ele os torna intelegíveis ao preço de revelar sua fundamental desimportância” (BURKE, 1997, p. 47). Burke apontou nessa frase uma das principais críticas à análise estrutural braudeliana, o perigo do emprego demasiado das entidades coletivas. Essas entidades coletivas seriam conceitos amplos e aglutinadores que absorveriam o papel dos indivíduos da História, como, por exemplo, a massa, a burguesia, entre outros. Braudel, com o ímpeto de perceber a ação do tempo sobre os eventos, teria aberto mão da análise do papel exercido pelos homens como sujeitos da História.

Nesse sentido, segundo Reis, Braudel privilegiou o tempo estrutural, quase imóvel. Em sua teoria das temporalidades diferenciais, dividiu o tempo em físico, medida geral das durações ou permanências,

e a pluralidade de tempos sociais, que são correspondentes à variedade de fenômenos estudados, de forma a evidenciar aqueles fenômenos que “operam efetivamente como reais arquiteturas ou estruturas de longa duração” (ROJAS, 2000, p. 296).

Para compreender o trabalho do historiador sob a perspectiva da História estruturalista, Braudel estabeleceu uma divisão tripartite da noção de tempo: primeiro um **tempo estrutural**, longo, imóvel e duradouro, segundo um **tempo conjuntural**, médio, caracterizado pela mudança, constituído pelas oscilações cíclicas da história, e por fim, o **tempo breve**, dos acontecimentos, próprio da vida quotidiana, “das nossas ilusões, das nossas rápidas tomadas de consciência; o tempo, por excelência, do cronista, do jornalista” (BRAUDEL, 1990, p. 10). Esse tempo breve apontado por Braudel como próprio do jornalista é caracterizado pelo acontecimento imediato. Por isso seria, para ele, “a mais enganadora das durações”, pois, pairando na superfície dos fenômenos estruturais, o episódio histórico se apresentaria envolto nas crenças, ilusões e representações sociais, inebriando a possibilidade de percepções mais profundas dos entrelaçamentos históricos, que só poderiam ser evidenciados pela análise de longa duração.

Sobre o tempo breve, acontecimental, segundo Braudel, os homens, por vivê-lo diariamente, sempre tiveram a impressão de compreender plenamente seu desenvolvimento. Nesse interim, a história criou a ilusão de que os acontecimentos poderiam explicar todas as coisas. No entanto, a história inconsciente está além dessa superfície e pode ser muito mais rica cientificamente, mais fácil de explorar e descobrir. Dessa forma, para ele, “a história inconsciente – domínio parcial do tempo conjuntural e, por excelência, do tempo estrutural – é muitas vezes mais nitidamente percebida que aquilo que se quer admitir” (BRAUDEL, 1990, p. 24). Não aparente, dissolvida entre os acontecimentos, a história inconsciente atua como força mantenedora das estruturas sociais na duração, da mesma forma que age na conjuntura, ou seja, nas mudanças, e por isso, conforme a citação, numa análise estrutural pode ser “facilmente” percebida. Além disso, Braudel pontuou nessa citação a inserção da história no método indutivo da ciência e a tendência ao abandono do antigo e tradicional método dedutivo⁴.

Apesar de reconhecer as contribuições teórico-metodológicas de Karl Marx e principalmente de Claude Lévi-Strauss, Braudel apontou

⁴ Será realmente que os historiadores de hoje, inspirados por Braudel, abandonaram os métodos dedutivos e passaram a elaborar seus projetos a partir das análises documentais, ou continuam se dirigindo aos arquivos com hipóteses de trabalho a priori elaboradas?

para a fragilidade dos modelos propostos por ambos, o primeiro na universalidade de suas elaborações conceituais e o segundo em sua análise estrutural de longuíssima duração que chegaria a dar ao fenômeno um caráter eterno e somente alcançaria “verdades primeiras, aforismos”. Para ele, a história não poderia ser reduzida apenas às análises da excessiva longa duração, antes o historiador deveria atentar, fundamentalmente, para o jogo da vida, seus movimentos, durações, rupturas e variações. Dessa forma, a história estrutural buscaria essencialmente as relações entre as estruturas e suas múltiplas temporalidades, *événementiel* e conjuntural.

5 APLICABILIDADE NA HISTÓRIA: TEORIA E MÉTODO

Mas, entre tantas considerações a respeito da noção de temporalidades múltiplas e a promoção de um campo de análise voltado para as repetições e permanências nos processos históricos, quais as possibilidades de aplicação da teoria e dos métodos da história estrutural? Como resposta, precisamos perceber que, centrada nas heranças ocultas, a história estrutural consiste em:

passar do tempo breve para o tempo menos breve e para o tempo muito longo (este último, se existe, apenas pode ser o tempo dos sábios) para depois, uma vez alcançado este ponto, de se deter, reconsiderar e reconstruir tudo de novo, ver girar tudo à sua volta, não deixa de ser tentadora para um historiador (BRAUDEL, 1990, p. 34).

Essa estrutura teórico-metodológica elaborada e defendida por Braudel, em seu manifesto, foi anteriormente desenvolvida em sua tese *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico da época de Filipe II* – na qual apresentou uma análise estrutural da História, dividida em três pisos, caracterizados pelos seus distintos ritmos de evolução: **como base** apresentou uma geo-história, que consistia na análise da **história do homem e suas relações com o meio**; **por cima** um estudo estrutural da sociedade dividido em cinco planos – economias, impérios, civilizações, sociedades e guerras; **em seu terceiro passo** analisou os acontecimentos políticos e os homens. Vemos aqui claramente sua posterior divisão da temporalidade em estruturas, conjunturas e acontecimentos. Mas, o mais importante dessa “fórmula” apresentada por Braudel é o método de análise proposto por ele, o qual deveria ter como primeira etapa a análise das estruturas geográficas e dos limites impostos por estas à ação humana, ou seja, como o meio influi nas decisões e atividades dos sujeitos; logo depois, dividiu em cinco etapas

seus estudos, de forma a perceber a ação dos eventos sobre a vida humana, dos sistemas econômicos, das guerras, das sociedades e por fim a relação política e os homens. Esses passos de sua análise nos encaminham para uma seqüência metodológica que é a essência de sua teoria, pois para ele os eventos somente poderiam ser compreendidos a partir de sua relação temporal e estrutural.

De acordo com Braudel,

de fato, as durações que distinguimos são solidárias umas com as outras: não é apenas a duração que é criação do nosso espírito, mas o parcelamento desta duração. Ora esses fragmentos reúnem-se no fim do nosso trabalho. Longa duração, conjuntura, acontecimento ajustam-se sem dificuldade, posto que todos têm a mesma escala de medida (BRAUDEL, 1990, p. 34).

A escala de medida é o próprio tempo, pois para ele, conforme a citação, no trabalho do historiador tudo começa e acaba pelo tempo, os fenômenos somente podem ser explicados dentro de suas contextualidades, devidamente inseridos e relacionados entre as especificidades de seu tempo. Portanto, sua fórmula se define: para ser tem que se ter sido, ou seja, como historiadores precisamos abordar as realidades sociais e todas as formas, as mais amplas, da vida coletiva, sejam as economias, as instituições, as arquiteturas sociais, as próprias civilizações e acima de tudo estas, de maneira a estabelecermos suas relações e dependências (cf. BRAUDEL, 1988, p. 1-7).

Portanto, a abordagem estrutural na história encaminha para um olhar teórico que busca as permanências e diálogos intertemporais nos fenômenos, assim como dirige metodologicamente os passos de análise das sociedades, de forma a evidenciar esse diálogo entre as estruturas da vida humana.

REFERÊNCIAS

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervè. *As escolas históricas*. Mem Martins, Portugal: Europa-América, 1990.

BRAUDEL, Fernand. *O espaço e a história no Mediterrâneo*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

BRAUDEL, Fernand. *História e ciências sociais*. Lisboa: Presença, 1990.

BURKE, Peter. *A escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1997.

_____. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992.

DOSSE, François. *A história em migalhas: dos "Annales" à "Nova História"*. São Paulo:

Ensaio; Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.

_____. *A história a prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2001.

FEBVRE, Lucien. *Combats pour l'histoire*. Paris: Armand Colin, 1953.

GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. 3 ed. São Paulo; Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

LE GOFF, Jacques. A história nova. In: _____. *A história nova*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

POMIAN, Krzysztof. A história das estruturas. In: LE GOFF, Jacques. *A história nova*. 4. ed. São Paulo. Martins Fontes, 1998.

REIS, José Carlos. *Escola dos Annales: a inovação em história*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. *Nouvelle Histoire e tempo histórico: a contribuição de Febvre, Bloch e Braudel*. São Paulo: Ática, 1994.

ROJAS, Carlos Antônio Aguirre. *Os Annales e a Historiografia Francesa: tradições críticas de Marc Bloch a Michel Foucault*. Maringá: EDUEM, 2000.

VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e História cultural. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história*. 7 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

MATOS, Júlia S. *Lucien Febvre e a quádrupla herança: aspectos teóricos do campo biográfico*. *Biblos: revista do Departamento de Biblioteconomia e História*, Rio Grande, Ed. da FURG, n. 20, p. 165-178, 2006.

